



Resumo de Notícias

08/03/2016 - Insituto Telecom

Banda larga: redução da base de ISPS não é uniforme

A redução da base total de assinantes dos provedores regionais de acesso à internet e serviços de telecomunicações (ISPs) registrada em janeiro, da ordem de 4,5% de acordo com os dados da Anatel, não se deu de forma uniforme. Muitos ISPs, especialmente aqueles com menos de 10 mil assinantes, um total de 211 grupos econômicos, continuaram registrando ampliação de sua base de clientes no início de 2016, repetindo o quadro de 2015. O que houve, neste segmento, foi uma redução do ritmo do aumento da base de clientes.

Segundo técnicos da Anatel, a redução da base de banda larga dos ISPs em 106,3 mil acessos, pode ser explicada pelo movimento normal de limpeza de usuários inadimplentes nos meses que antecedem ao pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF, que juntamente com a Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI, compõe as taxas do Fistel), que tem que ser recolhida em 31 de março de cada ano. A taxa é relativa à totalidade das estações licenciadas até 31 de dezembro do ano anterior.

Como a queda de usuários se deu nos acessos providos por rádio (spread spectrum) – houve um pequeno aumento nos acessos por fibra óptica (+0,5% do total da base) – o que é certo é que vai haver queda no recolhimento da TFF. Ao analisar esses dados, Erich Rodrigues, presidente da Abrint, entidade que representa os provedores em nível nacional, levanta a hipótese de que toda a limpeza de base se deu em cima dos acessos de rádio, que veem sendo substituídos pela fibra. “Mas pode ter havido uma defasagem entre o desligamento do rádio e a ativação da fibra, justamente por conta da proximidade do pagamento da TFF”, avalia. Já as grandes operadoras, com mais de 100 mil assinantes, registraram expansão em sua base de banda larga fixa.

Capacidade de investimento

Se a explicação for de fato procedente, ela não se distribuiu de forma homogênea entre os ISPs, que contam, no conjunto, com quase 2,3 milhões de clientes de banda larga. De dez empresas, de diferentes regiões do país, ouvidas pelo Tele.Síntese, apenas

uma apresentou recuo em sua base. Em todas as demais, as novas aquisições superaram os eventuais desligamentos. “O que temos notado é uma redução das novas adições, com um pequeno aumento da inadimplência. Nosso maior problema está na falta de capacidade de investimento para atender à demanda”, explica Manoel Santana, presidente da Via Real, que atua na Zona da Mata mineira.

A falta de capacidade de investimento também afeta o ritmo de expansão da Lifenet, tradicional provedor da região de Marília, no interior paulista. “Temos enfrentado uma desaceleração nas novas instalações, porque, com o aumento dólar, precisamos repassar os custos para a taxa de instalação paga pelo cliente”, diz Oswaldo Zanguettin Filho, diretor de operações. Com 12 mil assinantes, apesar da conjuntura econômica adversa o problema da Lifenet é não ter como bancar o aumento do preço do modem sem ter de repassá-lo para o cliente. Mas mesmo mais lentamente, a base continua crescendo em cima da rede de fibra óptica. Há muito tempo a empresa não instala mais rádio.

Também a Via Real avança com a rede de fibra, mas ainda é obrigada a colocar rádio em regiões de mais difícil acesso. Segundo Santana, se a empresa tivesse maior capacidade de financiamento, poderia agregar entre 1,6 mil e 1,8 mil novos assinantes/mês. Mas só consegue ampliar a base em 800 usuários pois não tem como bancar o modem, o equipamento que vai na casa do cliente.

Com cerca de 3 mil assinantes, a MegalInfoline, da Bahia, cresceu sua base em 40% no ano passado. E em janeiro deste ano manteve o ritmo de adições. “Tivemos sim um aumento da inadimplência para 10%; no entanto, não limpamos a base porque o cliente atrasa um pouco mas paga. Ninguém quer ficar sem internet”, conta o diretor Jackson Almeida. O mesmo fenômeno foi detectado por Marcelo Couto, sócio-diretor da NowTech, que atua em quatro pequenas cidades no Sudoeste de Minas Gerais. Aumento da inadimplência, mas sem encolhimento da base.



Resumo de Notícias

Dos ISPs ouvidos pelo Tele.Síntese só a Bignet, que atua na Baixada Santista, registrou encolhimento da base, seguindo o comportamento captado pelos dados registrados na Anatel. “ Fizemos uma limpeza da carteira em função do aumento da inadimplência, movimento normal nos últimos meses do ano ”, relata Basílio Rodriguez Perez, presidente da empresa e diretor de regulação da Abrint. Com 7 mil clientes, ele disse que o número de cancelamentos dobrou a partir de outubro, em função do cenário econômico. “ Mas

já se estabilizou ”, diz ele.

Embora a Bignet tenha mais usuários em sua rede de rádio do que na de fibra, em janeiro, relata Perez, o faturamento dos clientes em fibra pela primeira vez superou a receita dos clientes atendidos pelo rádio. “ Isso ocorre porque os clientes de fibra, empresas ou pessoas físicas, são clientes de maior valor agregado. E essa inversão das tecnologias na receita de banda larga e outros serviços vai continuar se acentuando ”, aposta ele.

08/03/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Contra o Golpe

Enquanto o país assiste perplexo à postura de uma mídia antidemocrática, que distorce informações e se coloca contra os anseios populares, a Anatel articula para acabar com a telefonia fixa em regime público.

A posição da Anatel foi denunciada pelo Instituto Telecom na semana passada. Hoje, de posse de mais informações, alertamos para o grave risco de sofrermos um golpe justamente por parte dos que deveriam preservar o interesse público.

A banda larga é um serviço essencial e pela legislação vigente – Marco Civil da Internet e Lei Geral de Telecomunicações -, não pode ser prestada única e exclusivamente em regime privado, com o mercado dando as cartas.

O que faz o conselheiro Igor de Freitas apresentar um parecer que, se não acaba, reduz enormemente o espaço do STFC em regime público? Que exclui do novo Plano Geral de Metas a possibilidade de universalização do backhaul?

Segundo ele, “ a questão é que a implantação de infraestrutura de backhaul em fibra óptica não tem por finalidade ou, de forma mais precisa, não se justifica, econômica e tecnicamente, como mecanismo necessário para a garantia do acesso ao STFC no País ”. Não satisfeito, vai mais longe ao afirmar que “ considerando as atuais condições regulamentares e a infraestrutura já existente para a prestação do serviço em regime público, na

prática, tais metas visam, tão somente, viabilizar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga, prestados sob o regime privado. Frente a esse cenário, pode-se afirmar que a proposta de implementação de infraestrutura de backhaul em fibra óptica constitui um desvirtuamento direto do objeto e do escopo do contrato de concessão e do próprio PGMU ”.

Ou seja, o conselheiro abre o caminho para acabar com a telefonia fixa em regime público e inviabiliza que a banda larga seja universalizada. A infraestrutura de backhaul em fibra óptica faz com que muitos municípios que não recebem a banda larga possam estar ligados ao backbone das operadoras. Por que não obrigar as operadoras a assumirem essa obrigação? A obrigação, aliás, foi levada à consulta pública. E quem a combateu o tempo todo foram as operadoras. Por que este alinhamento dos interesses das operadoras com a proposta do conselheiro Igor de Freitas? Não é estranho?

Temos que acabar, em nosso país, com qualquer medida casuística ou golpista. Se existe legislação, ela deve ser respeitada ou, no mínimo, os setores discordantes devem apresentar propostas de modificações. Por que não se espelham na sociedade civil, que está propondo uma nova legislação para democratização da mídia – já que a lei atual é de 1962 -, e a banda larga em regime público?

O país não tolera mais golpes.



Resumo de Notícias

08/03/2016 - Telesíntese

Aparelho roubado já pode ser bloqueado pelo número do celular

A Anatel anunciou hoje, 8, novas medidas para desestimular o roubo de aparelhos de celular no país. A partir de hoje, qualquer usuário que tiver seu aparelho roubado ou furtado pode ligar para a sua operadora e pedir para bloquear também o aparelho e não só a linha e esse aparelho não poderá mais ser usado por ninguém. Novas medidas foram também adotadas para evitar o roubo de cargas de celulares. “Estamos tornando o produto sem atratividade para a revenda”, afirmou o presidente da agência, João Rezende.

Com essa medida, a comunicação de roubos ficará muito mais facilitada, já que até agora as operadoras só conseguiam fazer o bloqueio do aparelho se o usuário informasse o IMEI do aparelho. O IMEI é o número que vem dentro do terminal com 15 dígitos para identificar o aparelho, e quase ninguém sabe, assim quando ia comunicar o roubo à operadora, não conseguia fazê-lo, pois sem o aparelho em mãos, não efetivava a denúncia. Agora, pelo número do telefone, tudo fica mais fácil.

Além de facilitar a vida dos usuários finais, o novo sistema de registro, desenvolvido pelas operadoras de celular que contrataram a ABR Telecom, também criou uma nova forma de registro para os aparelhos que ficam nas lojas e revendas também muito sujeitos a roubo. “Precisávamos acabar com a indústria do roubo de celulares”, afirmou o superintendente de regulamentação, José Alexandre Bicalho.

A partir de agora, os lojistas poderão agilizar a denúncia dos roubos fazendo o boletim de ocorrência na delegacia de maneira muito rápida, e em poucas horas os celulares entram no sistema, já bloqueados. Antes eles demoravam semanas para poderem ser notificados.

Essa medida depende, porém, do engajamento

das polícias de cada estado. Hoje, já estão associados aos sistemas das operadoras as polícias do Espírito Santo, Bahia e Ceará. Em breve estarão com os sistemas integrados as polícias civis de Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo. As demais polícias que quiserem fazer parte do sistema podem entrar em contato com a Anatel pelo e-mail coge@anatel.gov.br ou prre@anatel.gov.br.

A Polícia Federal também em breve irá se interligar aos sistemas da Anatel para controlar principalmente o roubo de cargas. Os sistemas nacionais estão interligados ao sistema internacional da GSMA, que já tem 25,5 milhões de celulares bloqueados. O Brasil tem em seu sistema mais de 6 milhões de aparelhos bloqueados que também integram a base desses 44 países que têm algum tipo de sistema de controle de aparelhos roubados. As operadoras gastaram R\$ 2 milhões para desenvolverem o sistema, informa o SindiTeleBrasil.

Site

Foi criado também um site que o usuário poderá consultar antes de comprar um aparelho usado, para se precaver se esse terminal está bloqueado. Com o aparelho ou a nota fiscal ou a caixa do aparelho em mãos, disque no próprio aparelho *#06# para descobrir o número do IMEI e acesse o site www.consultaaparelhoimpedido.com.br



Resumo de Notícias

08/03/2016 - Telesíntese

Total de acessos 4G no mundo ultrapassará aqueles com 3G em 2020

A associação global de fornecedores de dispositivos móveis (GSA) confirmou a marca mundial de mais de 1 bilhão de acessos 4G em 2015. Segundo dados da consultoria Ovum divulgados pela GSA nesta segunda-feira, 7, ao final de dezembro havia 1,068 bilhão de linhas LTE, sendo quase 156 milhões de adições líquidas somente no último trimestre, um crescimento 75% maior do que o registrado para acessos 3G. No ano, o aumento líquido foi de 552,2 milhões, o que significa que a base mais do que dobrou: 107% de crescimento. A entidade prevê que o número total de acessos de quarta geração, incluindo o LTE-Advanced, passe a quantidade de linhas 3G no mundo em 2020.

Mais da metade da base LTE mundial (54,3%) em 2015 estava na região da Ásia-Pacífico, com 580 milhões de conexões, sendo 380 milhões somente na

China (crescimento de 84 milhões apenas no quarto trimestre). A América do Norte registrou quase 237 milhões de acessos, representando 22,2% do total. A América Latina contou com mais de 54 milhões de acessos, enquanto o Oriente Médio tem 32,5 milhões e a Rússia, 11,7 milhões. Vale lembrar que, segundo dados da Anatel, o Brasil terminou 2015 com 3,9 milhões de acessos 4G, mais do que triplicando a base em relação ao ano anterior.

A GSA diz ainda que 480 operadoras já lançaram comercialmente o LTE em 157 países, com previsão de 550 empresas até o final de 2016. Já o LTE-Advanced foi lançado em 57 países por 116 operadoras. Enquanto isso, o 2G seguiu em declínio, com 141 milhões de linhas a menos. O total de acessos móveis ao final de 2015 foi de 7,343 bilhões.

08/03/2016 - Vermelho

Inflação para famílias mais pobres cai em fevereiro

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a inflação dos produtos e serviços mais consumidos por famílias de baixa renda desacelerou em fevereiro. O Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1), que mede a variação dos preços dessa cesta para quem ganha até 2,5 salários mínimos mensais, ficou em 0,73% no segundo mês de 2016, bem abaixo do 1,91% verificado no mês anterior.

Desta forma, a inflação ficou 1,18 ponto percentual abaixo da pesquisada em janeiro. Segundo o indicador, esses preços acumulam alta de 2,65%, no ano e 11,30% nos últimos 12 meses. O índice teve um recuo em relação ao acumulado de 12 meses no mês de janeiro, quando havia registrado alta de 11,42%. E também ficou abaixo do índice nacional, o IPC-BR, que acumulou alta de 10,37% nos últimos 12 meses.

Contribuíram para o decréscimo hortaliças e legumes (19,99% para -0,01%), tarifa de ônibus urbano

(6,11% para 1,82%), tarifa de eletricidade residencial (2,53% para -2,33%), cursos formais (11,40% para 0,00%) e roupas (0,42% para 0,21%).

Em contrapartida, aumentaram artigos de higiene e cuidado pessoal (-0,11% para 0,93%), tarifa de telefone residencial (0,16% para 0,35%) e cartão de telefone (0,04% para 0,83%).

Cinco das oito classes de despesa apresentaram decréscimo nas taxas de variação: alimentação (2,63% para 1,01%), transportes (4,02% para 1,55%), habitação (1,04% para 0,08%), educação, leitura e recreação (3,73% para 0,38%) e vestuário (0,39% para 0,31%). E tiveram acréscimo saúde e cuidados pessoais (0,38% para 0,58%), comunicação (0,34% para 0,66%) e despesas diversas (1,8% para 1,84%).

O IPC-C1 apura a inflação em sete capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília.



Resumo de Notícias

03/03/2016 - Vermelho

PIB em queda: Com ação da direita, “não tem economia que aguento”

O IBGE divulgou que o PIB brasileiro teve retração de 3,8% em 2015, pior resultado desde o recuo de 4,3% em 1990. Para o economista Guilherme Delgado, não há como dissociar a atual situação da economia brasileira da crise política interna.

Segundo Delgado, desde o ano passado, há uma campanha – com colaboração da mídia e de parte do Ministério Público e da Polícia Federal – que tenta derubar o governo e inviabilizar uma candidatura do PT em 2018. “Enquanto isso, a economia vai pro brejo”, disse.

Em entrevista ao Portal Vermelho, nesta quinta (3), Delgado, que é doutor em Economia pela Unicamp, foi taxativo: “Para melhorar as perspectivas da economia, precisamos resolver essa questão política”.

De acordo com ele, pelo menos 70% da crise econômica são decorrentes dos problemas na política. “Porque o grau de incerteza que se criou no ano passado, por causa do processo de impeachment, da Operação Lava Jato, das delações premiadas e dos vazamentos seletivos, tudo isso criou um clima interno muito sério, que, combinado com o clima externo de desaceleração das commodities, enfraquecimento da economia mundial, repercute aqui de forma magnificada”, avaliou.

Delgado tinha a expectativa de que, no princípio de 2016, o clima de instabilidade política melhorasse, mas isso não se concretizou. “Esse clima poderia estar desanuviado pelo fato de o impeachment ter sido praticamente inviabilizado pelas regras que o Supremo estabeleceu e pela reação política. No entanto, esse ambiente de fermentação política e instabilização continua, com forte colaboração do sistema midiático e de parte do Ministério Público e da Polícia Federal envolvida na Operação Lava Jato”, lamentou.

Estas declarações foram dadas no momento em que o noticiário está tomado por matérias sobre a suposta delação premiada do senador Delcídio Amaral, que teria feito acusações sobre o ex-presidente Luiz

Inácio Lula da Silva e a presidenta Dilma Rousseff. O economista opinou que há uma tentativa orquestrada de criar “factoides” contra Lula e Dilma, à medida que “não há fatos”.

Delgado frisou que não é “petista nem lulista”, mas disse não estar “cego nem insensível” a um quadro que classificou como sendo “de orquestração ultradireitista”. Para ele, o cenário não é bom para a democracia. “Isso, na realidade, é um golpe branco”, defendeu.

“No fundo, o sistema político fica governado por essas operações. Eu chamaria de uma espécie de conspiração, nem tão silenciosa, para derrubada do governo vigente e a inviabilização da alternativa, que seria o candidato do PT em 2018. Esse contexto de crise política é o nó da questão. Não adianta eu ficar falando só de economia, como se fosse um sistema autônomo e autárquico, num quadro institucional dessa natureza”, apontou.

Em relação à suposta delação premiada de Delcídio, ele afirmou: “Qual é o fato dessas denúncias, que têm criminalidade apontada? Eu sou um pesquisador, você tem que trabalhar com fatos. Eu não vejo nessas denúncias fatos. Mas vai criando um clima de instabilidade permanente”, colocou. Segundo ele, nesse ambiente, “não tem economia que aguento”.

Refém da pauta do atraso

O maior problema, analisou o economista, é que, neste cenário, o governo fica acuado, não consegue atuar para combater a crise e ainda é obrigado a ceder. “Isso torna o governo refém. E ele termina apontando para uma pauta oposta àquela que deveria realizar, com base em seu programa eleitoral. Cria-se uma situação de ingovernabilidade. A pauta está sempre refém do inimigo, que tem a borduna maior que a cabeça da vítima”, disparou.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/277107-2>